



ELEIÇÕES E MUDANÇA DE PODER NOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL NO PERÍODO DE 1992 A 2016

Autoria

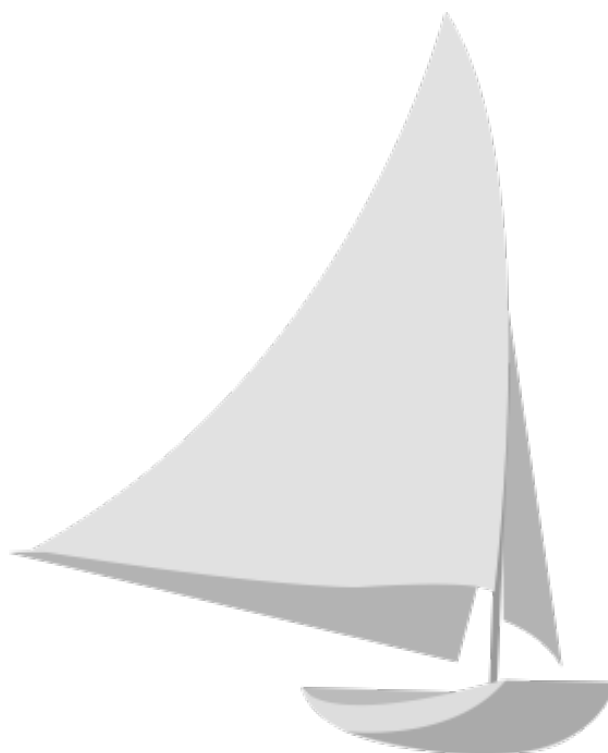
Andressa Petry Müller - andressa_miler@hotmail.com

Michel Richard Costa de Quadros - michelrichardcosta_@hotmail.com

Nelson Guilherme Machado Pinto - nelguimachado@hotmail.com

Resumo

O presente estudo busca analisar o impacto das eleições e mudança de poder nos municípios gaúchos, verificando a alteração das variáveis de desenvolvimento de acordo com a alternância ou não de poder por regiões do estado. A pesquisa se caracteriza como descritiva e quantitativa, e se aproveita de dados eleitorais entre 1992 e 2016 dos municípios gaúchos e relativos às variáveis de desenvolvimento. Percebe-se que o estado apresenta algumas oscilações entre o número de partidos que se mantêm no poder, além de que é verificado que as variáveis de desenvolvimento influenciam tanto de forma negativa como de forma positiva. No total houveram reeleições em apenas 36,23% dos casos analisados. É possível notar também que há partidos que se destacam mais em uma região do que outra, e os índices de reeleição acompanham a mesma lógica, pois em algumas regiões há mais reeleições do que em outras.

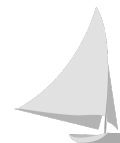




ELEIÇÕES E MUDANÇA DE PODER NOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL NO PERÍODO DE 1992 A 2016

Resumo

O presente estudo busca analisar o impacto das eleições e mudança de poder nos municípios gaúchos, verificando a alteração das variáveis de desenvolvimento de acordo com a alternância ou não de poder por regiões do estado. A pesquisa se caracteriza como descritiva e quantitativa, e se aproveita de dados eleitorais entre 1992 e 2016 dos municípios gaúchos e relativos às variáveis de desenvolvimento. Percebe-se que o estado apresenta algumas oscilações entre o número de partidos que se mantém no poder, além de que é verificado que as variáveis de desenvolvimento influenciam tanto de forma negativa como de forma positiva. No total houveram reeleições em apenas 36,23% dos casos analisados. É possível notar também que há partidos que se destacam mais em uma região do que outra, e os índices de reeleição acompanham a mesma lógica, pois em algumas regiões há mais reeleições do que em outras.



Palavras-chave: Reeleição; Mudança de poder; Municípios.

1 Introdução

As eleições são de fundamental importância para a sociedade como um todo, contribuindo sobre questões econômicas, sociais, demográficas, políticas, culturais, de desenvolvimento, dentre outros aspectos. Visando isso, seguramente, os candidatos que estão interessados em se eleger tentarão incentivar um maior crescimento econômico próximo ao período eleitoral, de modo que os mesmos possam vir a receber, conseqüentemente, uma vantagem sobre esse avanço proporcionado.

Segundo Carvalho e Oliveira (2008), existe certo consenso quando se considera que os resultados de uma eleição estão relacionados ao desempenho econômico de um país, raramente o governante empregaria políticas que desagradassem a população durante o período eleitoral, como aumento de impostos ou desvalorização cambial, por exemplo. Dessa maneira, percebe-se que os políticos que possuem convicções distintas, acabam tomando atitudes diferenciadas, a fim de conseguir aumentar as possibilidades de chegar ao poder (ARAÚJO JUNIOR, *et al.*, 2010).

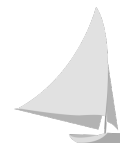
Nesse contexto, observa-se como a população pode ser influenciada, pois muitos não dispõem de conhecimentos específicos, tanto econômicos, quanto políticos, de maneira que interpretam a forma de governo como consideram ser mais adequada. Segundo Cavalcante (2016), existe uma assimetria informacional, onde as conseqüências da política fiscal adotada em anos eleitorais, como exemplo a redução dos tributos, refletem para uma imagem de gestão eficiente.

Dessa forma, surgem as possibilidades para que um candidato a determinado cargo político consiga chances para reeleição, pois em virtude de ter demonstrado um bom mandato anterior, a população irá acreditar que ele continuará prestando um trabalho adequado, embora, muitas vezes, tenha utilizado recursos inapropriados para garantir a reeleição. Esses mesmos candidatos ainda podem manipular e persuadir os eleitores, criando problemas e depois oferecendo soluções, induzindo comportamentos a população, sendo a mesma muito suscetível a qualquer ação do governo.

Portanto, muito se questiona sobre a mudança de poder, e diferentes são os fatores que estão atrelados a mesma, como a saída da zona de conforto em relação ao governante, a insegurança no período inicial de mandato, a impossibilidade da sequência de projetos, oferecendo tanto vantagens, quanto desvantagens. A cada período eleitoral são apresentados diferentes desejos no que diz respeito aos eleitores, pois os mesmos por vezes esperam reformulações quanto aos governantes, depositando muita expectativa de mudança (IPEA, 2010).

Baseado nisso, o presente estudo busca analisar o impacto das eleições e mudança de poder nos municípios do Rio Grande do Sul, verificando a alteração das variáveis de desenvolvimento conforme as decisões eleitorais e avaliando as diferenças das eleições e mudança de poder por região do estado. Isso porque conforme Barone (2009), nota-se que desde que há eleições de maneira direta, nenhum candidato ao cargo de governador que se candidata à reeleição foi vitorioso no estado do Rio Grande do Sul, e tendo em vista esse fator, é válido vivenciar esse aspecto nos municípios desse estado.

A fim de atingir esses objetivos, o presente artigo está estruturado, além desta introdução, em quatro seções. Na segunda seção é exibido o referencial teórico; na seção seguinte, os procedimentos metodológicos utilizados; na quarta seção são demonstrados os resultados obtidos, e os mesmos são analisados e discutidos e, por fim, são apresentadas as considerações finais do trabalho, além das sugestões para trabalhos futuros.



2 Referencial Teórico

No Brasil, é tarefa simples lançar candidatos e formar um partido. Com base na representação proporcional e do sistema de lista aberta, surgiu o multipartidarismo, assim dispondo com uma quantidade considerável de partidos e candidatos, por consequência aumentando os custos de competição política. Esse resultado se deu pelo fato do sistema multipartidário oferecer chances para vários partidos políticos, os quais podem se destacar, ou não, e onde o sistema de lista aberta permite a eleição dos candidatos mais votados (MELO; SOARES, 2016).

Entretanto, para que os partidos continuem exercendo os benefícios que lhe são proporcionados, é necessário que os mesmos estejam aptos para se renovar, e, portanto, consigam sempre reaparecer por diversos períodos eleitorais. Sendo assim, os mesmos não devem somente atender as demandas que lhes são exigidas, mas devem ter a incumbência de empregar técnicas eficientes para destacar-se no cenário eleitoral, possibilitando sua continuidade (PERES; MACHADO, 2017).

Em decorrência a isto, os partidos proporcionam um serviço público de grande relevância, como selecionar, recrutar e capacitar candidatos capazes para que possam exercer cargos públicos, estimulando os eleitores e envolvendo-se com as eleições, independente do resultado. Tudo isso é expressado por meios de comunicação social, e cada partido tem diferente acesso às mídias, como televisão, rádio e imprensa, embora o preceito a todos seja o mesmo, ter igualdade e direito à informação (ZOVATTO, 2005).

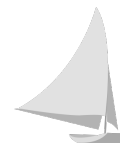
No Brasil, segundo a Constituição Federal (1988), a idade mínima para ser candidato aos cargos eletivos varia de acordo com o cargo pretendido: dezoito anos para vereador, vinte e um anos para deputado federal, deputado estadual ou distrital, prefeito, vice-prefeito; trinta anos para governador e vice-governador de estado e do Distrito Federal; e trinta e cinco anos para presidente da república, vice-presidente e senador. Além disso, a mesma CF (1988) estipula o período do mandato: oito anos para senadores da República, e quatro anos para os demais.

Segundo Braga e Casalecchi (2016), o processo eleitoral e sua competição é o cerne da democracia moderna, sendo que os cidadãos vão às urnas de tempos em tempos para escolher seus representantes. Ao fim, há a existência de dois grupos, os vencedores e os vencidos. A ideia que cerca um Estado democrático é a de que os grupos vencidos aceitem seu revés e respeitem as regras do jogo, na esperança de que possam sair vencedores em outra oportunidade (BRAGA; CASALECCHI, 2016).

A reeleição para os cargos do Executivo (prefeitos, governadores e presidente da República) trata-se de um fenômeno recente na democracia brasileira, sendo que a mesma passou a vigorar somente em 1997, com a Emenda Constitucional nº 16 (CAVALCANTE, 2015); e o então presidente Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro presidente a se utilizar dessa norma quando em 1998 foi candidato à reeleição e saiu vencedor do pleito presidencial. Além disso, segundo Silva e Braga (2013), naquele pleito se observou um alto índice de reeleição também em âmbito estadual.

Segundo Silva e Braga (2013), após a redemocratização do país e a possibilidade de reeleição para os cargos do Executivo, a identificação dos fatores que influenciam nas chances de reeleição tem sido alvo de muitas discussões no Brasil. Ademais, desde o advento da Emenda que permitiu a reeleição, predomina também o debate na opinião pública em relação à manutenção ou extinção da reeleição, embora na maioria das vezes sem uma fundamentação baseada em dados (CAVALCANTE, 2016).

Os contrários à reeleição defendem que a mesma gera personalismo no poder, riscos de perpetuação, além de ações de abuso de poder. Na outra via, os favoráveis argumentam que a



reeleição acaba valorizando a experiência administrativa, e visto que um mandato é um período muito curto para realizar grandes projetos de governo, a reeleição inibe a descontinuidade de políticas públicas efetivas e populares (CAVALCANTE, 2016). Segundo Borba e Cervi (2017), a reeleição trouxe a possibilidade de um mandato de oito anos, com um processo de avaliação da gestão no meio do período; caso a avaliação seja positiva, o governante fica (reelege-se), caso seja negativa, a possibilidade de um opositor sair vencedor do pleito cresce.

Em termos municipais, a reeleição é um tema relevante, ao passo de que a análise entre a gestão fiscal e a dinâmica do processo político se mostra um objeto de estudo fértil, em especial devido ao amplo processo de descentralização pós-Constituição de 1988, no qual os municípios ganharam mais protagonismo tanto em relação às suas receitas e despesas, como também em relação às responsabilidades (CAVALCANTE, 2016). Nessa dinâmica de reeleição a nível municipal, o alinhamento com o governador do respectivo estado possui influência positiva na possibilidade de manutenção do cargo de prefeito. Em seus estudos, Cavalcante (2015) corroborou com o senso comum de que ter o apoio ou ser do mesmo partido do governador traz consigo um aspecto positivo, não apenas para facilitar a administração municipal, como também em uma eventual tentativa de reeleição.

É possível afirmar que o eleitor brasileiro premia políticos com bons desempenhos fiscais e que prezam pela transparência, da mesma forma que agem com caráter de sanção para os que arrecadam impostos e não aplicam à contrapartida em serviços básicos para a população (CAVALCANTE, 2016). Além disso, o eleitor se importa, segundo Cavalcante (2015) com a capacidade do gestor público em gerar os benefícios esperados, e em caso de bons resultados na economia, ocorrem acréscimos nas chances dos políticos de situação, no processo eleitoral. Saliente-se que no Brasil diferente do contexto encontrado em países desenvolvidos, a ideologia de governo no poder não tem relação direta com a cobrança de impostos sobre a propriedade particular (AVELLANEDA; GOMES, 2017).

3 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa é caracterizada como descritiva e quantitativa. Isso porque as informações coletadas são abordadas de forma estatística e o fornecimento de dados ocorre de forma mais precisa. De acordo com Hair *et al.* (2005), esses dados são obtidos através de várias escalas numéricas. A partir disso foi realizado um estudo nos municípios gaúchos na faixa temporal que contempla as eleições de 1992 a 2016.

Em um primeiro momento foram analisadas as estatísticas descritivas das reeleições por meio da análise descritiva nos anos de eleições, nas regiões e referente aos partidos. Posteriormente, foi realizado uma análise de regressão de dados em painel, conforme o modelo abaixo:

$$y = \alpha + \beta_1 \text{ educa} + \beta_2 \text{ finan} + \beta_3 \text{ econo} + \beta_4 \text{ demog} + \beta_5 \text{ saude} + \mu \quad (1)$$

em que:

y é a ocorrência reeleição no município;

educa é a variável de educação representada pelos os concluintes do ensino médio no município;

finan é a variável de finanças públicas que são as despesas municipais no município;

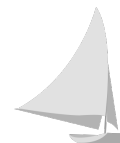
econo é a variável econômica de produto interno bruto no município;

demog é a variável demográfica de número de eleitores no município;

saúde é a variável de saúde representada pela taxa de mortalidade no município;

α efeito individual específico;

β é coeficiente angular de relação das variáveis da regressão; e



μ é o termo de erro aleatório.

É válido destacar que o modelo de painel desse estudo contempla apenas o período de 2004 a 2016, período sobre o qual foi permitido a reeleição para cargos do executivo e que todos os municípios do estado passaram a existir até os dias de hoje. Assim, o painel desse estudo contempla três períodos de análise (2004/2008, 2008/2012 e 2012/2016) para os 496 municípios gaúchos.

Dessa forma, conforme modelo de estudo é utilizado dados em painel, visto que há uma combinação das tipologias de série temporal e corte transversal. A tipologia de dados em painel consiste em observações de n entidades ou objetos de análise para dois ou mais períodos de tempo, combinando as dimensões de séries temporais e corte transversal. Além disso, uma das vantagens na utilização de dados em painel consiste em proporcionar mais eficiência e graus de liberdade para análise, captando aspectos que não são visualizados quando é feita outro tipo de análise (GREENE, 2008).

Quanto à característica dos dados, o modelo de painel apresentado nesse estudo é do tipo balanceado, ou seja, os dados estão disponíveis para todas as unidades de corte transversal em todos os períodos de tempo (GREENE, 2008). A partir disso foi possível verificar a estimação do modelo por um método de estimação em painel. Os mais utilizados são os de Efeitos Fixos (EF) e de Efeitos Aleatórios (EA). Assim, o modelo de EF considera o fato de que pode haver correlações entre o intercepto e as variáveis explicativas em qualquer período de tempo. Já o modelo de EA possui as mesmas suposições do modelo de EF, variando apenas no tratamento do intercepto, que passa a ser tratado como variável aleatória e não mais como um parâmetro fixo (BALTAGI, 2005; GREENE, 2008). Entretanto, as utilizações desses modelos acabam tornando-se excludentes e, conforme a características dos dados, um modelo terá sua utilização mais recomendada.

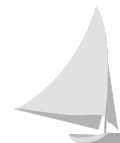
Portanto, uma forma de decidir entre qual modelo utilizar é a comparação dos efeitos dos métodos, verificando se existe correlação entre os fatores não observados e as variáveis explicativas a partir da aplicação do teste de *Hausman*. Este teste tem como hipótese nula testar se a diferença entre os coeficientes dos EF e EA não é sistemática. Além disso, o método de EA acaba consumindo muitos graus de liberdade, existindo a necessidade de haver número de períodos superiores ao número de coeficientes da regressão e, quando não é possível fazer a estimação por meio desse empecilho, deve-se utilizar EF (GREENE, 2008). Como o número de variáveis independentes (cinco) é maior que o período de tempo de análise (três), utilizou-se no trabalho EF.

A fim de verificar alguns aspectos e pressupostos dos modelos regressivos para não gerar resultados enviesados, foram realizados alguns testes econométricos. Para verificar a presença de heterocedasticidade, ou seja, se os termos de erro possuem variâncias divergentes, foi realizado o teste de *Wald*. A verificação se os erros são aleatórios ou não correlacionados, isto é, se há de presença de autocorrelação, foi realizado o teste de *Cumby-Huizinga*.

O universo de estudo ficou limitado aos municípios do Rio Grande do Sul, o qual possui ao todo 496 municípios, sendo considerados todos eles para a análise, que de parte descritiva contemplou 1992 a 2016 e que na parte do painel contemplou o período de 2004 a 2012. Os dados utilizados nessa pesquisa foram coletados no Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul para coletar os dados de eleições e para os dados socioeconômicos dos municípios as bases utilizadas foram a da Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Rio Grande do Sul.

4 Análise e Discussão de Resultados

4.1 Análise descritiva das eleições municipais (1992-2016)



Em relação à reeleição por período eleitoral, percebe-se que na Tabela 1 é possível fazer uma análise da mesma baseando-se em seis períodos. É válido destacar que no total houveram reeleições em apenas 36,23% dos casos analisados para todos os casos analisados durante todo o período de tempo. A ideia de considerar o número de reeleições por período exige uma análise que deve levar em conta o fato de que municípios foram criados nesse meio tempo, de maneira que em 1996 houveram de fato 426 municípios com pleitos eleitorais capazes de reeleger o partido; outros 70 municípios tiveram em 1996 sua primeira eleição, portanto sem chances de reeleição. Ainda em 1996, ocorreram 316 resultados contrários à reeleição, o que corresponde à 74,18% dos pleitos, sendo que apenas 110, ou seja, em 25,82% dos casos ocorreu a situação da reeleição.

Em 2000, eram 466 os municípios com condições de reeleição, sendo que os outros 30 municípios tiveram seu primeiro pleito nessa ocasião. É válido ressaltar que essa foi a última eleição que apresentou essa situação. Em relação ao pleito anterior, o número de reeleições saltou de 110 para 204, subiu de 25,82% em 1996 para 43,78% em 2000. Já o número de casos onde o partido que comandava não logrou êxito em sua tentativa de reeleição caiu, se comparado ao período anterior: 316 em 1996 e 262 casos em 2000.

Tabela 1- Reeleições por período eleitoral

Período	Nº de reeleições	Não-reeleições	Municípios não existiam no período
1992/96	110	316	70
1996/00	204	262	30
2000/04	208	288	0
2004/08	234	262	0
2008/12	220	276	0
2012/16	176	320	0

Fonte: Portal TRE-RS (Tribunal Regional Eleitoral)

No que tange ao pleito de 2004, visto que a população dos municípios era de 496 já, foi possível perceber acréscimos tanto no número de reeleições, como no caso de não-reeleições. Em relação ao anterior, houve um acréscimo de 4 casos nos êxitos, e 26 casos acrescidos nos casos negativos; respectivamente 41,94% de casos com êxitos e 58,06% sem sucesso. Em 2008, o percentual de casos que lograram sucesso foi de 47,18% (234 casos), enquanto os casos sem êxito chegaram à 262, aproximadamente 52,82%. Saliente-se que este foi o período que apresentou uma situação de maior equilíbrio, na série estudada.

Em 2012, o número de casos nos quais o partido que estava no poder conseguiu a reeleição reduziu-se, quando comparado ao pleito anterior. De 234 em 2008 para 220 casos (44,35% do total); enquanto o número de casos sem êxito subiu de 262 para 276 casos; aproximadamente 55,65% do número de municípios. Por fim, no último pleito municipal analisado, o número de reeleições reduziu-se novamente, 35,48% dos casos apenas, o equivalente à 176 casos; enquanto o número de casos onde a reeleição não se concretizou ocorreu em 320 municípios. Com isso, saliente-se que esse pleito foi o que apresentou o maior número de casos de insucesso de reeleições. Segundo Cavalcante (2015), o número de partidos envolvidos no pleito é um dos fatores que influencia nas chances de reeleição; quanto maior o número de partidos, menores serão as chances.

Para uma maior riqueza na discussão adotou-se a divisão dos municípios em macrorregiões. Os municípios foram divididos em 3 macrorregiões: Nordeste com 158 municípios, Norte com 221 municípios e Sul com 117 municípios. Até mesmo devido ao fato de ser a região com a maior concentração de municípios, a Norte apresentou o maior somatório de reeleições no período, 517 casos de êxito. Em segundo apareceu o Nordeste, com 373 casos,



sendo que a Sul; com a menor gama de municípios, manteve o terceiro posto. Cavalcante (2016) afirma a necessidade de se considerar o patrimônio político conquistado no pleito anterior, isto é, apoios advindos de um alinhamento com o Executivo Estadual e Federal contribuem para uma melhor percepção perante o eleitorado.

Em relação aos partidos que obtiveram mais casos de reeleições, o partido 10 apresentou o melhor desempenho, tendo alcançando 374 reeleições. Por sua vez, o partido 1 obteve um desempenho um pouco inferior, 370 casos. Ressalte-se que apenas 11 siglas conquistaram reeleições nesse período, e destas quatro delas conquistaram mais que 100 reeleições. Saliente-se que dos 1152 casos de reeleição admitidos no total de todos os pleitos analisados, 88,37% concentrou-se apenas no somatório destes 4 partidos, que conquistaram 1018 casos.

4.2 Análise das questões de desenvolvimento atreladas a reeleição

A partir da Tabela 2, é possível perceber as diferentes relações entre a reeleição com as variáveis de desenvolvimento.

Tabela 2 - Resultados da estimação da regressão do modelo de estudo pelo método de Efeitos Fixos por meio de Erros Padrão Robusto (VCE) com variável dependente reeleição

Variável	Coefficiente	Significância
Const	-0,251129	0,0037***
Educa	-4,89091	0,0250**
Finan	3,38895	0,0115**
Econo	1,22016	0,0432**
demog	1,19892	0,0368**
saude	-0,0205625	0,0024***
		R ² ajustado = 0,4619

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: Valores com dois asteriscos (**) denotam coeficientes significativos ao nível de 5% e com três asteriscos (***) denotam coeficientes significativos ao nível de 1%.

Percebe-se, ao analisar as variáveis de desenvolvimento, que a educação tem um impacto negativo sobre a reeleição, bem como a saúde, que demonstra a mesma influência desfavorável. As taxas relacionadas ao ensino no Rio Grande do Sul são relativamente baixas, demonstrando a falta de interesse no aprendizado, e tal educação, segundo a lei nº 9.394, art. 2º, é um dever da família e do estado, orientada na liberdade e na solidariedade, tendo como propósito o progresso do aluno, bem como sua capacitação para o desempenho como cidadão e para o trabalho (BRASIL, 1996). É importante ressaltar ainda que, segundo Morin (2014), o saber também abrange o risco de ilusão e equívoco, portanto, mesmo a pessoa sendo instruída, ela está sujeita a errar.

Aos aspectos relacionados a saúde, verifica-se que a mesma é influenciada por questões sociais, econômicas e ambientais, sendo ela um elemento importante para as metas de uma sociedade. É necessário dispor de igualdade na saúde, sendo fundamental a criação e a conservação de um contexto que abrange socialmente a formação de políticas, garantindo a proteção dos direitos humanos (CARVALHO, 2013; SILVA, 2015).

Já ao investigar os aspectos econômicos, financeiros e demográficos, é possível perceber que os mesmos possuem influência positiva sobre a reeleição. Quando se trata de questões econômicas e financeiras, para Rennó e Spanakos (2006), as mesmas aparecem em debates sobre a influência da economia nas eleições, analisando que se a economia for bem, o governo consegue se manter no poder, já se as taxas de inflação forem altas, bem como tenha aumento de desemprego, e baixo valor salarial, as chances do governo se manter no poder são menores, havendo decréscimo de popularidade do mesmo.



Verifica-se também que se a resposta do mercado financeiro for pública, a mesma é utilizada por candidatos, podendo intervir sobre as intenções de voto. Além disso, os eleitores podem não avaliar o governo apenas economicamente, mas são capazes de levar em conta as perspectivas de campanha do candidato, admitindo as complicações econômicas, em prol de prováveis compensações (RENNÓ; SPANAKOS, 2006).

E, quando analisados os aspectos demográficos, é possível notar a influência que municípios novos tem sobre a reeleição, pois nessas localidades, os candidatos tem mais propensão de se reeleger, e muito se explica pelo disponível que pode ser gasto, o mesmo não possui obrigações atrasadas, podendo investir com pessoal e infraestrutura melhores para sua administração. Além desses fatores, é explícito como a região sul pune o mau desempenho do governo, influenciando sobre sua reeleição, e isso se deve a extensão sul ser mais desenvolvida (MENDES; ROCHA, 2004).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a possibilidade de reeleição para os cargos de executivo, essa temática tem sido um campo muito estudado e questionado ao longo dos anos. Além disso, a reeleição mostra-se um fator importante para os gestores e também para a população com um todo, visto que possibilita a ênfase em projetos desenvolvimentistas, com isso trazendo benefício a todos.

Destarte, saliente-se a existência de consequências desfavoráveis decorrentes da reeleição, como governantes que se valem da situação e acabam promovendo uma gestão sem comprometimento, visando apenas seu benefício e não atendendo às demandas da população. Com isso, esse governante cria falsas promessas aos eleitores, fazendo com que os mesmos acreditem, e como consequência o mesmo consiga se reeleger.

Dessa forma, é imprescindível realizar investigações no âmbito da reeleição, para perceber quais são realmente os índices de reeleição de um partido, analisando períodos distintos. Com isso, no presente estudo foi efetuado uma pesquisa no estado do Rio Grande do Sul, e foi possível perceber que, ao longo do tempo, a quantidade de partidos reeleitos oscilou.

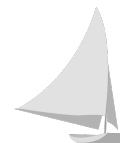
Portanto, é possível notar as variações nos índices de reeleição nas regiões analisadas, onde essa oscilação, se deve, em grande parte, as variáveis de desenvolvimento, sendo elas: educação, saúde, demográficas, econômicas e financeiras. Foi possível identificar que as mesmas influenciam de formas positivas e negativas a reeleição, sendo que as variáveis de educação e saúde impactam de forma negativa, e as variáveis demográficas, econômicas e financeiras levam a impactos positivos a reeleição.

Como sugestão para futuros estudos, sugere-se a ampliação dos municípios analisados, para outros estados e até mesmo no Brasil todo, visando assim verificar o impacto em outras realidades, não apenas no estado supracitado. Além disso, estudos a nível de governadores dos estados também trariam um panorama dinâmico e interessante à discussão da temática reeleição no contexto eleitoral brasileiro.

REFERÊNCIAS

ARAUJO JUNIOR, A. F. de; CANÇADO, P.; SHIKIDA, C. D. Economics and politics: O que determina as chances de reeleição em municípios? O caso das eleições municipais de minas gerais- 2000. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 9, n. 2, 2005.

AVELLANEDA, C. N.; GOMES, R. C. Mayoral quality and municipal performance in Brazilian local governments. **Revista O & S**, v.24, n. 83, p.555-579, out/dez, 2017.



BALTAGI, B. H. **Econometric Analysis of Panel Data**. 3 ed. England: John Wiley & Sons, 2005.

BARONE, L. S. **Responsabilização política nos estados brasileiros: O voto econômico nas eleições para governador**. 2009. 105 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, 2009.

BARRETO, A. A. B. Para onde ir? A trajetória eleitoral dos prefeitos das capitais estaduais brasileiras (1996-2014). **Opinião Pública**, v. 23, n. 1, p. 194-229, jan/abr, 2017.

BORBA, F.; CERVI, E. U. Relação entre propaganda, dinheiro e avaliação de governo no desempenho de candidatos em eleições majoritárias no Brasil. **Opinião Pública**, v.23, n.3, p.754-785, set/dez, 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.791, de 17 de agosto de 2012, regulamenta a lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições. **Planalto**, Casa Civil, Brasília, DF, 17 ago. 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Planalto**, Casa Civil, Brasília, DF, 20 ago. 1996.

BRAGA, M. S. S.; CASALECCHI, G. A. Vencedores e perdedores nas eleições presidenciais de 2014: o efeito da derrota nas urnas sobre a satisfação e o apoio em relação à democracia no Brasil. **Opinião Pública**, v. 22, n. 3, p. 550-568, dez, 2016.

CARVALHO, A. I. de. **Determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde**. Rio de Janeiro: Saúde Brasil 2030, 2013.

CARVALHO, F. A. A. de; OLIVEIRA, K. V. de. A contabilidade governamental e a teoria dos ciclos políticos: Uma análise empírica fiscal e contábil sobre os municípios do estado do rio de janeiro - 1998 / 2006. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 46-64, jan./abr., 2009.

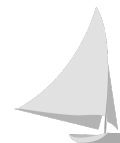
CAVALCANTE, P. Desempenho fiscal e eleições no Brasil: uma análise comparada dos governos municipais. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 2, p. 307-330, mar/abr, 2016.

CAVALCANTE, P. Vale a pena ser um bom prefeito? Comportamento eleitoral e reeleição no Brasil. **Opinião Pública**, v.21, n.1, p. 87-104, abr, 2015.

DANTAS, F. P. F.; SILVA, M. dos R. F. Os direitos sociais no brasil: abordagem sobre sua violação e proposições para concretização. **Revista constituição e garantia de direitos**, Natal, v. 7, n. 1, p. 1-26, 2014.

ESTRADA, R. J. S.; BRITO, L. C.; VERARDI, M.; ALMEIDA, A. L. N. Participação política: fundamentos, planejamento, execução e coordenação de campanha eleitoral. **Revista de Ciências da Administração**, v. 15, n. 35, p. 23-35, jan/abr, 2013.

GREENE, W. H. **Econometric analysis**. 6 ed. New Jersey: Prentice Hall, 2008.



HAIR, J.; BABIN, B.; MONEY, A.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Bookman Companhia Ed, 2005.

HEILER, J. G.; VIANA, J. P. S. L.; SANTOS, R. D. O custo da política subnacional: a forma como o dinheiro é gasto importa? Relação entre receita, despesas e sucesso eleitoral. **Opinião Pública**, v. 22, n. 1, p. 56-92, abr, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento 2010**: estado, planejamento e políticas públicas. 2. ed. Brasília: IPEA, 2010, 300 p.

MELLO, C. A. V. de; SOARES, K. C. C. Coligações partidárias em eleições proporcionais municipais: Fragmentação e sucesso de candidatos com baixa densidade eleitoral. **Análise Social**, Lisboa, v. 51, n. 220, p. 684-719, jul./set., 2016.

MENDES, M.; ROCHA, C. A. A. O que reelege um prefeito? **Consultoria Legislativa do Senado Federal**, Coordenação de Estudos, Brasília, DF, 20 abr. 2004.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Brasília: Cortez editora, 2014.

PERES, P.; MACHADO, A. Uma tipologia do recrutamento partidário. **Opinião Pública**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 126-167, jan./abr., 2017.

PINO, I. R. Crise do projeto democrático de educação. **Saúde & Educação**, Campinas, v. 38, n. 140, p. 531-535, jul./set., 2017.

RENNÓ, L.; SPANAKOS, A. P. Fundamentos da Economia, Mercado Financeiro e Intenção de Voto: As Eleições Presidenciais Brasileiras de 1994, 1998 e 2002. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 11-40, 2006.

SACCHET, T.; SPECK, B. W. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 177-197, jun., 2012.

SILVA, F. F.; BRAGA, M. J. Determinantes da reeleição municipal da Bahia para o período de 2000 a 2008. **Revista Planejamento e políticas públicas**, n. 40, p. 257- 276, jan/jun, 2013.

SILVA, M. das G. e. Sustentabilidade socioambiental e a retórica neodesenvolvimentista: apontamentos sobre meio ambiente e saúde no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 123, p. 428-446, jul./set., 2015.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL, **Resultado das eleições**, TRE, Porto Alegre, RS, 2018. Disponível em: < <http://www.tre-rs.jus.br/eleicoes/2000/result/>> . Acesso em: 27 out. 2018.

VASCONCELOS, R. D. de; FERREIRA JÚNIOR, S.; NOGUEIRA JUNIOR, R. P. A dinâmica da execução orçamentária federal do brasil sob a ótica dos ciclos políticos eleitorais, 1985-2010. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 3, p. 325-354, jul./set., 2013.

ZOVATTO, D. Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na américa latina: uma análise comparada. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 287-336, out. 2005.